O DIREITO FUNDAMENTAL AO AMBIENTE E A DIMENSÃO DO DEVER
FUNDAMENTAL DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE

THE FUNDAMENTAL RIGHT TO ENVIRONMENT AND SIZE OF
DUTY BASIC PROTECTION OF THE ENVIRONMENT

Karolina dos Anjos Fontes, especialista em Direito Constitucional, Mestre em Direito Constitucional, Doutoranda da Universidade de Lisboa na especialidade de ciências jurídico – políticas, professora da Faculdade Estácio Câmara Cascudo.

Grazielly dos Anjos Fontes, especialista em Direito Constitucional, Mestre em Direito Constitucional, Doutoranda da Universidade de Lisboa na especialidade de ciências jurídico – políticas, professora da Universidade Potiguar.

RESUMO

O termo meio ambiente é uma expressão que pela sua dinâmica e evolução impossibilita qualquer enquadramento conceitual. Sendo assim necessário se faz perceber o termo meio ambiente como objeto jurídico, isto é, tutelado pelo direito. O meio ambiente engloba o homem, a natureza e tudo que os circundam, qualquer forma de agressão da natureza interfere, necessariamente, a coletividade humana. Desta feita, é impossível entender o meio ambiente sem o elemento humano, mesmo porque a proteção jurídica depende da atuação deste último. O reconhecimento internacional do direito ao meio ambiente como um direito humano fundamental ampliou o conceito de direito à vida, e proporcionou o entendimento de que este não consiste apenas na proteção da vida do ser humano, mas sim na manutenção de todas as formas de seres vivos. Todavia, é necessário também analisar a dimensão do dever de proteção do meio ambiente, visto que, ao mesmo tempo em que o Direito ao ambiente tornou-se peça fundamental para as reivindicações de melhores condições de vida dos Estados menos desenvolvidos e simultaneamente arma de contestação de minorias políticas, tornou-se também um mecanismo que deve ser melhor apurado, pois vem gerando equívocos do ponto de vista de efetividade, tanto no âmbito do Direito internacional, como nos ordenamentos internos.

Palavras chaves: meio ambiente, direito fundamental, dever fundamental

The term environment is an expression that the dynamics and evolution precludes any conceptual framework. Therefore it is necessary to understand the term environment as a legal object, that is protected by law. The environment includes man, nature and everything around them, any form of aggression interferes with nature, necessarily, the human community. This time, it is impossible to understand the environment without the human element, because the same legal protection depends upon the actions of the latter. International recognition of the right to environment as a fundamental human right extended the concept of right to life, and provided the understanding that this is not merely the protection of human life, but in the maintenance of all forms of living beings. However, one must also examine the extent of the duty of protecting the environment, since, while the law to the environment has become a key to the demands for better living conditions of the least developed and simultaneously weapon of defense minority policies, has also become a mechanism that should be better determined, as is creating confusion in terms of effectiveness, both under international law, as in domestic orders.

Keywords: environment, fundamental rights, fundamental duty

1. O meio ambiente e a sua tutela jurídica

Uma das tarefas mais difíceis para a doutrina jurídica é a conceituação do termo meio ambiente, principalmente por ser um tema multidisciplinar que encontra guarida em diversas áreas da ciência. Todavia, embora não tenha uma definição precisa, pressupõe o meio ambiente a interação entre homem e natureza. Vale salientar que o conceito de meio ambiente não consegue atingir um grau pleno de definição científica, haja vista ter uma interferência muito forte do senso comum, o que o torna um conceito muito mais intuitivo¹.

¹ MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente : doutrina, prática, jurisprudência, glossário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 52

Avaliando o termo meio ambiente sob uma ótica que não a jurídica, imperioso verificar a definição de Ávila Coimbra, trazida por Edis Milaré, que afirma ser

o meio ambiente o conjunto de elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade definidos².

O termo meio ambiente é uma expressão que pela sua dinâmica e evolução impossibilita qualquer enquadramento conceitual. Sendo assim necessário se faz perceber o termo meio ambiente como objeto jurídico, isto é, tutelado pelo direito. Nesta linha, segundo o ambientalista, existem duas perspectivas, uma estrita e outra ampla. A concepção estrita traduz uma expressão do patrimônio natural e suas relações com os seres vivos, enquanto que, a concepção ampla expressa uma abrangência de toda natureza original e artificial, considerando ainda os bem culturais correspondentes³.

Vale salientar que o termo meio ambiente foi inserido no contexto jurídico brasileiro, considerando não só o seu aspecto cotidiano, haja vista ter sido a expressão incorporada de forma ampla pela Constituição Federativa do Brasil⁴, bem como pelas leis infraconstitucionais⁵. Como exemplo tem-se o artigo 3º, inciso I, da lei nº. 6.938/81 que trata sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, o qual define meio ambiente como (...) o conjunto de condições, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. A amplitude conceitual posta constitui num conceito jurídico indeterminado⁶ inserido propositadamente para criar um espaço positivo de incidência da norma, que foi

² MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente : doutrina, prática, jurisprudência, glossário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 53

³ MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente : doutrina, prática, jurisprudência, glossário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, p. 51

⁴ Constituição Federal de 1988, Art. 20, III, IV, V, VI, X; Art. 23, inc. VII; Art. 24, VI; Art. 26, III; Art. 216, V e Art. 225, §1º, III, §4º.

⁵ LEITE, José Rubens Morato. Introdução ao conceito jurídico de meio ambiente. In: VARELLA, Marcelo Dias; BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro (orgs.). O novo em direito ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 1998. p. 51

⁵ FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2000, p. 19.

⁶ FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2000, p. 19.

preferido pelo legislador para permitir uma melhor interpretação do termo, que pela sua própria natureza evolui no tempo e no espaço.

No intuito de se melhor compreender o termo meio ambiente e o seu enquadramento como um direito é que os doutrinadores entenderam necessário classificá-lo em: natural, artificial, cultural e do trabalho.

O meio ambiente natural é aquele constituído por solo, água, ar atmosférico, flora e fauna. Concentra o fenômeno da homeostase, consistente no equilíbrio dinâmico entre os seres vivos e o meio em que vivem⁷. Já o meio ambiente artificial deve ser entendido como constituído pelo espaço urbano construído, consubstanciado no conjunto de edificações (espaço urbano fechado) e dos equipamentos públicos (ruas, praças, áreas verdes, espaços livres em geral, espaço urbano aberto⁸.

Seguindo José Afonso da Silva, tem-se ainda que, o meio ambiente cultural seria integrado pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, que embora artificial, em regra, como obra do homem, difere do anterior (que também é cultural) pelo sentido do valor especial que adquiriu ou de que se impregnou⁹. Enquanto que o meio ambiente do trabalho seria nas palavras de Celso Antônio Pacheco Fiorillo

(...) o local onde as pessoas desempenham suas atividades laborais, sejam remuneradas ou não, cujo equilíbrio está baseado na salubridade do meio e na ausência de agentes que comprometam a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores, independentemente da condição que ostentem (homens ou mulheres, maiores ou menores de idade, celetistas, servidores públicos, autônomos e etc.)¹⁰

Nesse diapasão vê-se que a evolução da conscientização humana quanto a questão ambiental começa a compreender o termo meio ambiente de maneira mais ampla possível, envolvendo todos os aspectos do ambiente natural e principalmente sua

⁷ FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2000, p. 19.

⁸ SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. 2ª ed. São Paulo: Malheiros. 1998, p. 3.

⁹ FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2000, p. 19

¹⁰ FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2000, p. 21.

relação com o ser humano. Ora, o meio ambiente engloba o homem, a natureza e tudo que os circundam, qualquer forma de agressão da natureza interfere, necessariamente, a coletividade humana, desta feita, é impossível entender o meio ambiente sem o elemento humano, mesmo porque a proteção jurídica depende da atuação deste último.

Sabe-se que não coube ao direito, inicialmente, o estudo conceitual do meio ambiente, todavia incumbiram-lhe dar relevância ao meio ambiente, a medida que o direito considerou-o como pertencente do rol dos bens tutelados pelo ordenamento jurídico. Então, a partir da necessidade de melhorar a qualidade de vida das sociedades é que surgiu a idéia de ordenar e sistematizar as normas referentes ao meio ambiente, ensejando assim, o Direito ambiental, que seria o conjunto de normas e princípios editados, objetivando a manutenção de um perfeito equilíbrio nas relações do homem com o meio ambiente¹¹.

Corroborando os entendimentos citados, verifica-se, pois, que a importância do direito ambiental ultrapassa a função anteriormente citada, qual seja, a de somente ordenar e sistematizar as normas atinentes ao meio ambiente. Sua atuação torna-se mais complexa a partir do momento em que serve como meio efetivo de proteção do meio ambiente. A partir desta constatação tem-se que o direito ambiental necessita, para a sua efetivação, de uma visão multidisciplinar, que se vale de conhecimentos de outras disciplinas externas ao contexto jurídico, tais como: Ecologia, Economia, Antropologia, Sociologia, Estatística e outras.

Interessante perceber que o conhecimento de outras áreas externas ao direito ambiental contribui para o processo de efetivação da proteção ambiental, da seguinte forma, através: de planejamento ambiental, estudos sobre impacto ambiental, de imposição das licenças ambientais, da responsabilização civil e penal para conter as ações dos agentes destruidores do ambiente, bem como do acesso à justiça, através da ação civil pública, para que as questões ambientais possam ser discutidas em prol da sociedade, e seguindo a justiça. Assim, a implementação de tais leis e políticas oficiais

¹¹ Tycho Brache Fernandes *apud* MUKAI, Toshio. Direito Ambiental sistematizado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 1998, p. 9-10.

exigem um tratamento urgente, tanto do poder público, quanto da sociedade, em virtude de serem igualmente responsabilizados pela Constituição Federal¹².

Destarte, dada a sua abrangência e peculiaridade, não se pode engessar a natureza do direito ambiental, tentando enquadrá-lo naquela famosa dicotomia direito público e privado, sua amplitude alcança sua harmonia somente no âmbito do direito coletivo. O direito ambiental, pois, revela-se como destinado à proteção de interesses pluriindividuais que superam as noções tradicionais de interesse individual ou coletivo¹³.

Há que se sublinhar a autonomia da disciplina, visto que já possui um embasamento doutrinário, através do estudo dos princípios do direito ambiental¹⁴; e legal, configurado através de tratados e convenções, bem como das próprias legislações e constituições dos países, formando, assim, um regramento jurídico extremamente complexo e hodierno. Porém, tal discussão sobre a autonomia ou não do direito ambiental é considerada ultrapassada, conforme lição Paulo de Bessa Antunes

É totalmente destituído de significado tentar compreender o Direito Ambiental como um ramo autônomo do Direito em geral (...) Em primeiro lugar deve ser aduzido que o conceito de autonomia dos diversos ramos do Direito é bastante discutido e discutível. Sabemos que o conceito de autonomia dos diversos ramos do direito implica a existência de setores estanques no interior da norma jurídica que, apenas, e tão somente, mantém algumas relações formais entre si. Ora, na realidade, tal concepção é falha, pois os conceitos fundamentais do Direito Tradicional são válidos em qualquer um dos ramos do direito (...) Acresce ademais, que a idéia de ramos autônomos do Direito está vinculada à concepção da existência de um certo 'paralelismo' entre os diversos ramos da ciência do direito (...) O Direito Ambiental é um direito de coordenação entre os diversos 'ramos'. E, nesta condição, é um Direito que impõe aos demais setores do universo jurídico o respeito às normas que o formam, pois o seu fundamento de validade é emanado diretamente da norma Constitucional. Trazer para o Direito

¹² MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente : doutrina, prática, jurisprudência, glossário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000p. 127.

¹³ SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. 2ª ed. São Paulo: Malheiros. 1998, p. 6.

¹⁴ Como importantes princípios jurídicos ambientais têm-se: o princípio do direito humano fundamental; o princípio democrático; o princípio da prudência, da precaução ou da cautela; o princípio do equilíbrio; o princípio do limite e o princípio da responsabilidade.

ambiental a discussão sobre se este é autônomo ou não, é reproduzir uma discussão ontologicamente superada¹⁵

Como leciona Carlos Gomes Carvalho¹⁶ o direito ambiental se justifica, em primeiro lugar, pela pretensão de se impedir uma crise entre o homem e seu ambiente e em segundo, pela necessidade de se firmar um novo sistema de relações entre os mesmos. O Direito ambiental é a forma como se expressa objetivamente o direito ao meio ambiente, portanto, não interessa se é autônomo ou não, o que importa é a sua efetivação como disciplina jurídica capaz de amparar o meio ambiente, como um direito de natureza global e caráter transnacional, inserido no rol dos direitos humanos fundamentais.

Interessante o posicionamento de Vladimir Passos Freitas quando ele diz que

(...) provavelmente a principal ruptura que o Direito Ambiental causa na ordem jurídica tradicional seja a ruptura com o antropocentrismo. Com efeito, toda a doutrina jurídica tem por base o sujeito de direito. Com o Direito Ambiental não é assim que acontece. As normas de Direito Ambiental, nacionais e internacionais, cada vez mais, vêm recolhendo direitos próprios da natureza, independentemente do valor que esta possa ter para o ser humano. O abandono do antropocentrismo, portanto, é uma tendência que encontra precedentes na evolução do direito. É uma superação da Filosofia Humanista¹⁷.

Seguindo a doutrina de Vladimir Freitas, o direito ambiental nasceu para questionar o real papel do homem, que por tanto tempo abnegou e considerou a natureza como mera fonte de recursos naturais. Vem ainda questionar até que ponto os valores econômicos e sociais impostos pela sociedade, marcados pelo lucro e pela utilização dos recursos naturais, interferem na sua qualidade de vida.

Bem se vê que o direito ambiental possui um caráter inovador que veio para solucionar os conflitos entre a sociedade e o ambiente, e ao mesmo tempo firmar como

¹⁵ ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 3ªed. Rio de Janeiro. Lúmen Júris, 1999, p. 27-28.

¹⁶ CARVALHO, Carlos Gomes. Direito Ambiental: perspectivas no mundo contemporâneo. Revista de Direito Ambiental. São Paulo, a5, n.19, ju/set. 2000, p. 207.

¹⁷ FREITAS, VladimirPassos (org.). Direito ambiental em evolução. Curitiba: Juruá, 1998, p. 279.

juízo de valor pontos fundamentais, como: a manutenção de um ambiente saudável e a proteção dos recursos naturais¹⁸.

2. O Direito Fundamental ao Ambiente

É sabido que os Direitos Fundamentais já estão consagrados no Direito Internacional e na maioria das Constituições do mundo. Mas, mesmo com todo esse progresso em relação à sua positivação, bem como a evolução quanto às suas gerações, é possível perceber que ainda há muito que o que se fazer para solucionar os problemas que tal tema acende na sociedade e na comunidade jurídica. Imperioso, pois, fazer uma análise pontual acerca da teoria dos direitos fundamentais, focalizando as lições da melhor doutrina no assunto, afim de que se alcance o objetivo deste trabalho que é analisar sob o prisma econômico, o direito fundamental ao meio ambiente.

A compreensão histórica dos direitos fundamentais faz-se imprescindível não apenas pelo seu caráter interpretativo, mas sim pela importância no surgimento do moderno Estado constitucional. Sintetizando o desenvolver histórico dos Direitos Fundamentais K. Stern apud Ingo Wolfgang Sarlet¹⁹, destaca três etapas: uma pré-história, que se estende até o século XVI; uma fase intermediária que corresponde ao período de elaboração da doutrina jusnaturalista e da afirmação dos direitos naturais do homem e a fase da constitucionalização, iniciada em 1776, com as sucessivas Declarações de direitos dos novos Estados americanos.

Vale salientar que a influência da doutrina jusnaturalista foi proeminente para o reconhecimento posterior dos direitos fundamentais nos processos revolucionários do século XVIII. Já na Idade Média existiam postulados que limitavam o poder e orientavam o exercício dos direitos fundamentais. Um exemplo era Santo Tomás de Aquino que propalava a existência de duas ordens, formadas, uma pelo direito natural, que primeiramente expressava a natureza racional do homem, e a outra pelo direito positivo, que argumentava que a desobediência ao direito natural por parte dos

¹⁸ CARVALHO, Carlos Gomes Op. Cit, p. 208.

¹⁹ SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos fundamentais. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2004, p. 43.

governantes, poderia justificar o direito de resistência do povo²⁰. Nessa época nasce a idéia da dignidade do ser humano, tendo na pessoa de Santo Tomás de Aquino o seu defensor. Este dizia que a dignidade humana estava cunhada na personalidade do ser humano, uma vez que compunha um valor natural, próprio, inato, inalienável e incondicionado²¹.

Porém, apenas no século XVII e XVIII, com as teorias contratualistas é que o jusnaturalismo ganhou notoriedade. As cartas de direito (petition of rights) assinadas pelos Reis da época, como exemplo a Petition of rights de 1628, manifestaram a existência de direitos fundamentais em relação à proteção das liberdades individuais. Além desta, o mais importante documento acerca da evolução dos direitos humanos foi a Magna Carta assinada por João Sem Terra, que propiciou a incursão de direitos e liberdades civis clássicos²².

Conforme lição de Peres Luño apud Sarlet²³ destacou-se nesse período de exaltação do jusnaturalismo a contribuição doutrinária de John Locke. Para este, a defesa de tais direitos naturais, tais como a vida, a liberdade e a propriedade, constituía finalidade principal da sociedade, tornando-se, assim, um ideário burguês. Estavam postas, portanto, as bases para o jusnaturalismo iluminista do século XVIII, cujo pensamento Kantiano, guiado pela teoria contratualista de Rousseau, pregava o direito de liberdade como um direito natural totalmente inerente ao Homem²⁴.

A doutrina dos direitos humanos não para por aí, as primeiras declarações do século XVIII foram envolvidas por uma série de direitos, liberdades e deveres individuais que podem muito bem ser considerados os antecedentes dos direitos fundamentais. A transição dos direitos de liberdades legais ingleses para os direitos fundamentais constitucionais ocorre com a Declaração de Direitos do povo da Virgínia,

²⁰ SARLET. Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos fundamentais. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2004, p. 44-45.

²¹ SARLET. Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos fundamentais. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2004, p. 45.

²² K. STERN apud SARLET. Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos fundamentais. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2004, p. 46

²³ SARLET. Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos fundamentais. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2004, p. 47.

²⁴ SARLET. Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos fundamentais. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2004, p. 47.

em 1776 e a Declaração Francesa, em 1789. Ambas foram de singular importância para o despontar dos direitos fundamentais, mas haviam diferenças entre as mesmas, enquanto a primeira firmava os direitos fundamentais inerentes as liberdades civis, a segunda erguia os direitos fundamentais ao patamar de direitos humanos²⁵.

Seguindo a evolução quanto à positivação dos direitos fundamentais, observa-se que estes acompanharam a evolução dos Estados e sofreram diversas mudanças quanto ao seu conteúdo. Tais mudanças fizeram com os direitos fundamentais fossem analisados sob uma perspectiva dimensional. Fala-se que já existem até quatro dimensões (ou gerações) de direitos fundamentais, mas esta quarta geração aguarda a sua confirmação no âmbito do direito internacional²⁶. Contudo, seguindo o detalhado estudo do professor Ingo Sarlet não há como negar que o reconhecimento progressivo de novos direitos fundamentais tem o caráter de um processo cumulativo, de complementaridade, e não de alternância²⁷.

Os Direitos Fundamentais de primeira geração surgiram no período do Estado liberal – clássico, correspondem, pois, à fase inicial do Constitucionalismo. A intenção desses direitos, como visto, era se opor a qualquer opressão do Estado antes absolutista, por isso que se pregava a não intervenção do Estado e a exaltação da liberdade. Foram inseridos como rol desses direitos fundamentais todos aqueles imanentes às liberdades individuais, tais como: a vida, a liberdade, a igualdade, a propriedade. Os direitos de liberdade congregavam as liberdades de expressão coletiva, e o direito de participação política. O direito à igualdade, ainda era visto, apenas, perante a lei, mas já se manifestavam através das garantias processuais²⁸.

Porém, no século XIX, com a Revolução Industrial e as inúmeras crises sociais e econômicas que se sucederam, percebeu-se que a afirmação, por si só, dos direitos civis e políticos não constituíam pressupostos para a sua concretização. Os movimentos sociais, que surgiram como forma de combater as explorações e as crises geradas pelo

²⁵ SARLET. Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos fundamentais. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2004, p.53. cf. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Vol.1. Porto Alegre. Fabris, 1997.

²⁶ BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. São Paulo: Ed. Campus, 2004, passim

²⁷ SARLET. Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos fundamentais. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2004, p. 53

²⁸ SARLET. Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos fundamentais. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2004, p. 55

ímpeto da industrialização, clamavam pelo reconhecimento de seus direitos enquanto trabalhadores, haja vista a extrema desigualdade existente entre os mesmos e os empregadores. Para isto, como demonstrou Celso Lafer²⁹, necessário seria o retorno da figura do Estado, para que assim fosse garantida a igualdade material através do “direito do bem estar social”.

Os Direitos Fundamentais de segunda geração caracterizam-se, então, por serem direitos sociais cuja prestação dá-se através da intervenção do Estado, como exemplo: assistência social, saúde, educação, trabalho. Vale frisar que não se pode confundir os direitos sociais como os direitos coletivos ou difusos, estes pertencem à terceira geração dos direitos fundamentais enquanto que os direitos sociais são inerentes à pessoa individual, assim como os direitos das liberdades³⁰.

Partindo desta concepção de que os direitos de terceira geração correspondem aos direitos coletivos e/ou difusos pode-se dizer que a sua intenção é proteger o indivíduo enquanto pertencente à universalidade, por isso serem denominados de direitos de solidariedade ou fraternidade. Paulo Bonavides compreende que o surgimento de tais direitos permite a afirmação da necessidade de se proteger o valor supremo que é a própria existência humana³¹. Assim as novas reivindicações eram frutos de novos problemas como as grandes guerras, a corrida armamentista, a revolução tecnológica, a crise ambiental. Os Direitos Fundamentais de terceira geração surgiam como mecanismo de proteção da paz, da autodeterminação dos povos, do desenvolvimento, da qualidade de vida, da comunicação, patrimônio histórico e cultural.

Interessante fazer uma inter-relação entre a história dos Direitos Fundamentais e a história da relação do homem com o meio ambiente, vê-se claramente, que a preocupação em volta da questão ambiental só toma contornos mais definidos a partir de meados do século XX, quando justamente o meio ambiente passa a enquadrar a terceira geração de Direitos Fundamentais. Interessante a análise de Trindade Cançado a partir do entendimento de L.A. Teclaff, em sua obra, “the impact of environmental

²⁹ LAFER. Celso. A Reconstrução dos Direitos Humanos. São Paulo. Companhia das letras, 1991, p. 127

³⁰ SARLET. Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos fundamentais. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2004, Op. Cit., p. 56

³¹ BONAVIDES. Paulo. Curso de Direito Constitucional. 14ª edição, São Paulo: Malheiros, 2004, p. 523

Concern on the Development of International Law” quando ele conclui que na verdade o que se apercebe é que no direito primitivo havia que se alcançar a harmonia entre o homem e a natureza mediante regras que protegiam o homem da natureza e lhe asseguravam os benefícios da natureza, porém nos tempos modernos o que se vê é uma maior conscientização sobre o crescente risco de esgotamento dos recursos que por sua vez tem levado a uma maior preocupação em relação à proteção ambiental, tendendo, pois, a proteger a natureza do próprio homem. Porém, o que se tem é que essa proteção converte-se na própria proteção do homem, isto é, na sobrevivência da humanidade. Trata-se, assim, de uma questão de proteger o homem do próprio homem, dada sua capacidade alarmante de destruição³².

Como visto, a proteção do meio ambiente, no contexto sócio-econômico por que passa o mundo atualmente, configura-se como algo urgente e imprescindível³³. A elevação do direito ao meio ambiente à categoria de um bem jurídico a ser tutelado, significa a real possibilidade de se impedir que tal direito seja relativizado pela estrutura globalizada do sistema econômico vigente.

Do mesmo modo que ocorre com o termo meio ambiente, conceituar o direito fundamental também constitui uma tarefa árdua, haja vista seu entendimento dar-se através de vários pontos de vistas, como por exemplo, o histórico, o dogmático, o jurídico. Na verdade, o que ocorre é que o direito fundamental possui um único conceito, compreendido através das mais diversas concepções. Utilizando-se de uma concepção eminentemente jurídica, Alexy e Böckenförde apud Sampaio compreenderam o conceito de Direito Fundamental como intrinsecamente ligado ao texto Constitucional, por sua literalidade, sistematização e teleologia, bem assim pelo modelo de Estado e de Constituição imaginado e realizado pelos constituintes³⁴.

Nas palavras de José Adércio Sampaio

³² TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Direitos Humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Fabris, 1993, p. 121-122.

³³ BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. São Paulo: Ed. Campus, 2004, p. 25

³⁴ SAMPAIO, José Adércio Leite. Constituição e Meio ambiente na Perspectiva do Direito Constitucional comparado In: SAMPAIO, José Adércio Leite; WOLD, Chris; NARDY, Afrânio. Princípios de Direito Ambiental – na dimensão internacional comparada. Belo Horizonte. Del Rey, 2003, p. 90.

Os Direitos Fundamentais (...) são vinculações, mandados e objetivos referidos a aspirações, necessidades e interesses humanos, que se adscvem ora como nítidos dispositivos de direitos subjetivos, ora como enunciados de princípios e tarefas estatais (...) de hierarquia constitucional³⁵.

Esse critério formalmente estabelecido, qual seja, o de que uma teoria dos direitos fundamentais somente é válida com a positivação destes, não determina se um direito é ou não fundamental, mas sim garante a rigidez constitucional que apenas denota a supremacia que gozam todas as normas constitucionais.

Todavia, um critério material também deve ser considerado para que determinado direito alcance a marca de fundamental, esse critério é o da dignidade humana, já observada por Kant. Sendo assim, pertinente é a observação de Peres Luño apud Sampaio³⁶ quando ele diz que a dignidade humana supõe o valor básico fundamentador dos direitos humanos, que tendem a explicitar e a satisfazer as necessidades das pessoas na esfera moral. Este critério material é, pois, considerado como essencial para a caracterização do sistema que orienta os direitos fundamentais³⁷.

Mas, para que possamos entender a fundamentalização do direito ao meio ambiente, cumpre diferenciar dois termos que são utilizados como sinônimos na doutrina, quais sejam: direitos humanos e direitos fundamentais. Não estaria errado considerá-los sinônimos quando estiverem representando o mesmo conceito e conteúdo, porém deve-se fazer a distinção meramente pelo caráter interpretativo e elucidativo

³⁵ SAMPAIO, José Adércio Leite. Constituição e Meio ambiente na Perspectiva do Direito Constitucional comparado In: SAMPAIO, José Adércio Leite; WOLD, Chris; NARDY, Afrânio. Princípios de Direito Ambiental – na dimensão internacional comparada. Belo Horizonte. Del Rey, 2003, p. 93

³⁶ SAMPAIO, José Adércio Leite. Constituição e Meio ambiente na Perspectiva do Direito Constitucional comparado In: SAMPAIO, José Adércio Leite; WOLD, Chris; NARDY, Afrânio. Princípios de Direito Ambiental – na dimensão internacional comparada. Belo Horizonte. Del Rey, 2003, p. 94

³⁷ José Adércio Leite Sampaio alerta que é importante ter certo cuidado com o pressuposto da dignidade humana. Esta é considerada pela doutrina como o substrato de todo o sistema de direitos fundamentais servindo, pois, como referência de conteúdo para a conversão de um direito ordinário em um direito fundamental. Mas, segundo o autor, há que se ter em mente que essa é uma conformação ideológica, impregnada de valores, que refletem momentos históricos da consciência humana. Sendo assim, ao adotarmos o princípio da dignidade humana sem qualquer restrição, estaremos denotando uma visão antropocêntrica (visão esta combatida) a todos os direitos, o que acaba por torná-lo um critério absoluto, que se figura como temerário, haja vista o grau de indeterminação que carrega em seu conteúdo e o alto poder discricionário que é conferido ao intérprete. SAMPAIO, José Adércio Leite. Constituição e Meio ambiente na Perspectiva do Direito Constitucional comparado In: SAMPAIO, José Adércio Leite; WOLD, Chris; NARDY, Afrânio. Princípios de Direito Ambiental – na dimensão internacional comparada. Belo Horizonte. Del Rey, 2003., p. 54.

quanto à aplicação das normas de direitos fundamentais. Cumpre dizer que a expressão “direitos do homem³⁸”, são aqueles no sentido de direitos naturais, ainda não positivados; já os “direitos humanos” seriam aqueles positivados na esfera do direito internacional e os “direitos fundamentais”, como já explicitados por Alexy e Böckenförde, aqueles reconhecidos ou outorgados e protegidos pelo direito constitucional interno de cada Estado. Há que se dizer que a melhor terminologia seria Direito Humano Fundamental, por integrar a fundamentalidade dos direitos reconhecidos na ordem constitucional interna com os direitos humanos de caráter internacional, reconhecidos como valores e reclamações essenciais de todo os seres humanos³⁹.

Com relação ao meio ambiente a expressão “Direito Humano Fundamental” cai-lhe como uma luva, pois o direito ao meio ambiente antes mesmo de se enquadrar nas ordens constitucionais internas de cada país, como veremos mais especificamente na ordem constitucional brasileira, já havia sido professado pelos tratados internacionais, como por exemplo, na Declaração de Estocolmo de 1972, mencionada alhures, que soergueu o meio ambiente ao nível de direito fundamental do ser humano.

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequada em um meio, cuja qualidade lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem estar; e tem a solene obrigação de proteger e melhorar esse meio para as gerações presentes e futuras⁴⁰.

A partir dessa Declaração, firmou-se, em nível Internacional, o reconhecimento de que todo ser humano tem o direito a viver num meio ambiente saudável, frisando, ainda, a obrigação humana de proteger o meio ambiente, visto que este decorre do direito humano básico que é a vida⁴¹. Seguindo esta compreensão constata-se que o reconhecimento internacional do direito ao meio ambiente como um direito humano fundamental ampliou o conceito de direito à vida, e proporcionou o entendimento de

³⁸ A utilização desta expressão de conotação jusnaturalista, mesmo sendo inócua para a concepção contemporânea dos direitos fundamentais e humanos, merece destaque por ter precedido o reconhecimento destes pelo direito positivo interno e internacional.

³⁹ SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos fundamentais. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2004, Op. Cit. Op. Cit. p.36.

⁴⁰ Princípio nº 1 da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, 1972

⁴¹ TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Direitos Humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Fabris, 1993, p.76

que este não consiste apenas na proteção da vida do ser humano, mas sim na manutenção de todas as formas de seres vivos; rompendo, assim, com aquela visão antropocentrista de que o Homem e a natureza eram entes dissociados entre si.

3. O Dever Fundamental de Proteção ao Ambiente

A idéia de um direito ao ambiente é fruto de um movimento ecológico de finais da década de 60, do século XX⁴². A maior preocupação com a preservação do ambiente por parte dos Estados fez com que a idéia da natureza como uma fonte inesgotável perdesse valor, pois os estudos científicos passaram a constatar a relação entre a ação do homem e a ocorrência de catástrofes naturais.

Pode-se dizer, então, que foi num período de grande entusiasmo e comoção coletiva que o ambiente entrou no mundo jurídico, o que contribuiu para a discussão e elaboração de uma lista de deveres dos Estados que impedisse a degradação em curso e prevenisse os danos, cujas conseqüências seriam irreversíveis para os ecossistemas e para a própria humanidade. Assim, houve um reconhecimento quase que unânime de que a proteção do ambiente somente seria possível a partir da mudança eficaz do modo vida da sociedade global.

Buscou-se levar essa nova realidade ao indivíduo, integrando-o no movimento de conscientização para o dever de se conservar o ambiente. O Direito, então, foi a dimensão subjetiva que tratou de assumir esse papel de união entre o ambiente, o homem e a qualidade de vida, principalmente das populações mais carentes.

Assim, ao mesmo tempo em que o Direito ao ambiente tornou-se peça fundamental para as reivindicações de melhores condições de vida dos Estados menos desenvolvidos e simultaneamente arma de contestação de minorias políticas, tornou-se também um mecanismo que deve ser melhor apurado, pois vem gerando equívocos do ponto de vista de efetividade, tanto no âmbito do Direito internacional, como nos ordenamentos internos.

⁴² A. Kiss e D. Shelton. *International Environmental Law*. 2ª edição, Nova York, 2000, pp.55 e segs.

A discussão em torno da divergência quanto à fundamentalidade do Direito ao ambiente é um tema, que no Brasil, por ser um direito sedimentado na Constituição Brasileira, como uma das grandes inovações e como uma das bandeiras do país, por ser tão rico em recursos naturais, não suscitou grandes debates. Parece-me haver um consenso na doutrina Brasileira, quanto à fundamentalidade do Direito ao meio ambiente. Porém, a investigação científica denota a necessidade de se observar também as doutrinas que divergem sobre a fundamentalidade do direito ao ambiente.

Assim, as primeiras medidas tomadas em torno da proteção ambiental deram-se no plano internacional. Primeiro os Estados sensibilizaram-se quanto à prevenção das situações de poluição transfronteiriças, principalmente no que diz respeito à poluição marinha e atmosférica. Até a Conferência de Estocolmo os documentos aprovados ainda tratavam as questões em torno da proteção ambiental de forma.

A Declaração de Estocolmo de fato foi o primeiro documento que tratou sobre a questão ambiental de forma mais abrangente. Trouxe a idéia de desenvolvimento aliada com a responsabilidade, pois definiu a perspectiva de proteção ambiental com o desenvolvimento econômico equilibrado. Reconheceu também a soberania dos Estados em relação aos recursos naturais do território, porém estabeleceu alguns limites a esta soberania, com a obrigação da gestão racional dos recursos⁴³.

Interessante é que essa Conferência preocupou-se em proporcionar aos Estados mais desfavorecidos a garantia da qualidade ambiental, sem descurar do seu processo de desenvolvimento econômico. A conclamação teve efeito imediato, como por exemplo, no Brasil, com a inserção da defesa do meio ambiente, além do artigo 225 da Constituição Brasileira, no artigo 170 da mesma Constituição, a qual trata a defesa do meio ambiente como um dos princípios da ordem econômica constitucional. Foi também na Conferência de Estocolmo que se passou a delinear as primeiras noções acerca da idéia de desenvolvimento sustentado, definido na Comissão de Brundtland.

Observou-se então a inserção da noção de Responsabilidade Ecológica, no princípio 21: que orienta a forma de gestão dos recursos, invocando primeiro a

⁴³ M. Bedjaoui. "Le droit au développement". in Droit International, Bilân et perspectives, II coord. De M. Bedajqui, Paris, 1991, pp. 1247 segs. 1259 segs.

responsabilidade dos Estados, que tem o direito de utilizar mas também de proteger os bens ambientais, prevenindo, minimizando e combatendo a sua degradação; e em segundo invocando a responsabilidade das pessoas, inculcando-lhes a idéia do dever de preservação do ambiente, através da dignidade e do bem estar, decorrem da fórmula do desenvolvimento sustentável, entendido este como: “ a capacidade de satisfação das necessidades da geração presente sem comprometimento da capacidade de satisfação das necessidades das gerações vindouras.” Tem-se, então, que o Direito ao ambiente assumiu no contexto do princípio do desenvolvimento sustentável, uma dualidade: por um lado, se apresentou como uma extensão do direito à vida, numa vertente ligada ao direito individual, e por outro lado se apresentou como um apelo à conservação dos bens naturais como suporte, numa vertente comunitária.⁴⁴

Corroboramos com a idéia do “direito ao ambiente”, porque traz, uma intenção pedagógica, que tenta inserir o indivíduo numa nova forma de viver em comunidade⁴⁵. No entanto, reconhecemos também que é necessário pontuar que a Conferência de Estocolmo restou passiva e percebeu-se que não teve qualquer efetividade.

Verifica-se que o sentido de desenvolvimento sustentável, apresentado na Conferência do Rio de 1992, transformou-se numa noção primordialmente econômica, que depreciou o objetivo da proteção do ambiente, e tornou o direito ao ambiente um mero refém do desenvolvimento econômico. Se a Declaração de Estocolmo aliava direito ao ambiente e dignidade da pessoa, a Declaração do Rio entrelaçou o direito ao ambiente com a produtividade dos indivíduos. A intenção do desenvolvimento sustentável delineado em Estocolmo e sedimentado no relatório de Bruntland foi completamente esvaziada na Conferência do Rio.

Mas o que seria desenvolvimento sustentável? Desenvolvimento sustentável corresponde, pois, a uma idéia de justiça distributiva no plano internacional, a qual, para ter alguma eficácia pressupõe uma dupla projeção: num plano intrageracional global (a qual envolveria todos os países, os mais ricos auxiliando os mais pobres, em conjunto

⁴⁴ Carla Amado Gomes. Risco e modificação do acto autorizativo concretizador dos deveres fundamentais de protecção do ambiente. Coimbra editora, 2007, p. 32.

⁴⁵ SILVA, Vasco Pereira da Silva. Verdes são a cor do direito, p. 130.

com uma atitude mais racional no aproveitamento dos recursos); e num plano intergeracional.⁴⁶

Concordamos que esta compreensão embora carregada de sentido filosófico acaba por ter pouca operatividade jurídica, como mostram os fatos: grande parte dos compromissos mundiais, tais como: cartas de princípios, declarações, incorporadas por normas *soft Law*, não foram cumpridos, tendo em vista: “a volatilidade do princípio do desenvolvimento sustentável, do relativismo da efetividade da proteção do ambiente pelos Estados, aliados a uma posição jurídica intensamente permeável ao conceito altamente mutável de “qualidade de vida” , que põem em causa a seriedade da proclamação de um direito ao ambiente⁴⁷.

Muitos doutrinadores tentam materializar o direito ao ambiente ao direito a vida, ou o da manutenção da integridade física, relacionando à saúde, porém, ambos por serem direitos personalíssimos clássicos, plenamente implantados no Direito Internacional, absorveriam e anulariam a autonomia do direito ao ambiente. Em seguida, verifica-se que se assim considerar como um adendo ao direito a vida, teria que se considerar não mais a esfera do homem isolado, mas sim a esfera comunitária, coletiva, e deste modo, esbarraríamos, na idéia de qualidade de vida , que traduziria numa obrigação de resultado de cada Estado, em concreto, cujo conteúdo é ainda mais impreciso⁴⁸.

Do ponto de vista teórico, há autores, que consideram que o direito ao ambiente não pode ser assimilado a um direito individual por lhe faltar uma característica fundamental: a inalienabilidade, pelo fato de poder ser preterido em favor de outros interesses. Além disso, há o problema da vaguidade dos conceitos utilizados nos instrumentos jurídicos internacionais, bem como a sua falta de vinculatividade, bastando observar que até agora não se obteve um índice satisfatório de realização

⁴⁶ Sobre essa tensão entre as idéias de solidariedade intra e intergeracional ver o artigo D’amato, E Weiss, e D. Gündling. What obligations does our generation owe to the next? Na approach to global environmental responsibility. In AJIL, vol. 94, 1990, pp. 190 segs.

⁴⁷ Scovazzi T. Considerazione sulle norma internazionali in matéria di ambiente. RDI, 1989/3. p 606. P. Marie Dupuy, soft Law and the international Law of the environment, in Michigan JIL, 1991, vol. 12, nº 1, pp. 420 segs, passim.

⁴⁸ Carla Amado Gomes. Risco e modificação do acto autorizativo concretizador dos deveres fundamentais de protecção do ambiente. Coimbra editora, 2007, p.42.

prática, a não ser promessas e algumas políticas públicas localizadas e bastante incipientes⁴⁹.

Assim, os autores que consideram a dificuldade de se determinar o conteúdo do direito ao ambiente, normalmente relacionam essa dificuldade com a idéia de garantia de mínimas condições de vida aos indivíduos, e esta compreensão leva-os a crer que seus postulados seriam mais *Standards* de limites imprecisos, cuja invocabilidade e existência configuram-se como bastante duvidosos. Porém, é verdade também que o direito ao ambiente está reproduzido em diversos instrumentos do Direito Internacional, bem como está sedimentado nas Cartas Constitucionais de vários Estados, normalmente, estreita a noções de saúde e qualidade de vida. A sedimentação do direito ao ambiente nos instrumentos jurídicos tem cunho pedagógico, porém, a ligação da causa ambiental a outros Direitos, tais como a vida, ou o próprio acesso à justiça para estes autores ainda não se faz suficiente para justificar a existência e a operacionalidade do direito ao ambiente⁵⁰.

Interessante é a postura da professora Carla Amado quando entende que “a “valência do direito ao ambiente” perpassa pela responsabilidade de cada um pela tarefa global de conservação do ambiente”. Na lógica dos chamados direitos coletivos, em que se incluem: o direito à paz, o direito ao desenvolvimento, à autodeterminação dos povos, o “direito ao ambiente” estão relacionados com o dever de conservação dos mesmos, num contexto de solidariedade comunitária. Assim, a operatividade do “direito” ao ambiente não se traduz na possibilidade de se exigir do Estado uma qualquer prestação a título individual, mas antes de o levar a desempenhar a tarefa de proteção e promoção da qualidade dos bens ambientais em benefício de todos⁵¹.

No entanto, em que pese futuramente modificar tal compreensão, ainda entendo que o fato de ser um conceito vago, com pouca operacionalidade, mesmo assim não retira a idéia da proteção do ambiente de direito fundamental. A construção da doutrina contrária, a meu ver, não recai em desesperança, mas sim, reforça a idéia de que a noção

⁴⁹ G. Handl. Human Rights...cit. p, 120 segs.

⁵⁰Carla Amado Gomes. Risco e modificação do acto autorizativo concretizador dos deveres fundamentais de protecção do ambiente. Coimbra editora, 2007, p.44.

⁵¹Carla Amado Gomes. Risco e modificação do acto autorizativo concretizador dos deveres fundamentais de protecção do ambiente. Coimbra editora, 2007 p.46.

da responsabilidade pode ser a forma mais firme de se operacionalizar a proteção do ambiente, a partir, de critérios de solidariedade. Então, mesmo que o direito ao ambiente ainda se revele uma fórmula destituída de operacionalidade jurídica, o dever de cooperação, por sua vez, dos Estados no sentido de prevenção, minimização, e neutralização dos riscos ambientais, devem ser encarados como uma obrigação internacional, fundada em normas consuetudinárias. Assim, cabe ao poder público, inclusive internacional, a tutela do ambiente, por ser um bem coletivo. Ademais, o interesse da tutela ambiental também deve ser partilhado por outros entes, quais sejam, as pessoas coletivas e singulares, entidades públicas e privadas. A sua observância deve realizar-se na lógica do princípio da solidariedade, ou seja, deve-se usar os bens naturais, sem abusar de sua capacidade regenerativa.

A natureza coletiva do bem pressupõe a sua gestão racional, portanto, mais do que uma intenção pedagógica, os artigos das constituições que inseriram a proteção do ambiente no rol dos direitos constitucionalmente garantidos, como é o caso da Constituição Brasileira (Art.225, CF/88), tem um dever fundamental de proteção do ambiente.

O estigma da figura do dever, situação jurídica que acompanha a transição do modelo de Estado liberal para o social, em muito se deve à distorção implementada pelos regimes totalitários, porém, com a reconquista da democracia, em que pese existir a condenável democracia totalitária, a visão outrora distorcida passa a se enquadrar no âmbito do sistema constitucional no sentido de uma liberdade responsável. Os deveres fundamentais revestem-se de uma densidade e significação próprias, que trazem uma prescrição legal de obrigações de condutas, positivas ou negativas, que são oponíveis a todos os cidadãos.

4. Conclusão

O dever fundamental de proteção do ambiente desdobra-se, portanto, em comportamentos vários em função dos seus titulares, não afetando, pois, a sua universalidade e a igualdade subjacentes à sua instituição. A crítica que se faz é que ao mesmo tempo em que é possível definir obrigações de comportamento precisas, que

traduzem específicos deveres de realização do objetivo público de proteção do ambiente, revela-se impossível individualizar prestações de aproveitamento de bens ecológicos.

A Constituição Brasileira não define o conteúdo dos direitos nem dos deveres ambientais. Interessante que se poderia utilizar o mesmo argumento da inexistência do direito ao ambiente para os deveres fundamentais do ambiente. Porém, a tese principal envolve a seguinte idéia: a sustentação da figura do direito ao ambiente não é a falta de concretização constitucional do seu conteúdo, mas sim a impossibilidade da sua determinação legislativa, ao contrário dos deveres fundamentais que podem ser reconduzíveis a um amplo conjunto de imposições normativas, de diverso grau e diversa complexidade, de acordo com a situação concreta do cidadão.

Assim, a acentuação de uma responsabilidade ecológica decorre de um imperativo de salvaguarda de bens essenciais à sobrevivência humana, que o desenvolvimento desenfreado tem destruído. A fórmula dos deveres assume, portanto, um papel conscientizador da população da realidade que impende, qual seja, a degradação ambiental, que só através do esforço coletivo, isto é, da solidariedade, pode ser diminuída.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Paulo de Bessa. Dano ambiental: uma abordagem conceitual. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.

AGUIAR, R. A. Ramos de direito do meio ambiente e participação popular. 2. ed. Brasília: Ibama, 1996.

AVELINO, Pedro Buck. *Princípios da solidariedade: imbricações históricas e sua inserção na constituição de 1988*. Revista de Direito Constitucional e Internacional, n.º 53, out/dez, São Paulo: RT, 2005.

AYALA, Patryck de Araújo. Direito e incerteza: a proteção jurídica das futuras gerações no Estado de Direito Ambiental. 2002. 391 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2002

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da agenda 21. 3 ed. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BECK, Ulrich. World Risk Society, Policy, Cambridge, 2000.

BECK, Ulrich. La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad. Tradução de Jorge Navarro, Daniel Jiménez e Maria Rosa Borrás. Barcelona: Paidós, 2001.

KISS, Alexandre. Os Direitos e interesses das gerações futuras e o princípio da precaução. In: VARELLA, Marcelo Dias; PLATIAU, Ana Flávia Barros (Organizadores e Co-autores). Princípio da Precaução. Belo Horizonte: Del Rey e ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União, 2004.

BEDJQUI, M. Le droit au développement. in Droit International, Bilân et perspectives, II coord. De M. Bedajqui, Paris, 1991, pp. 1247 segs. 1259 segs.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. São Paulo: Ed. Campus, 2004.

_____. El tiempo de los derechos. Editorial Sistema. Fundacion Sistema. Madrid, 1991.

BONAVIDES. Paulo. Curso de Direito Constitucional. 14^o edição, São Paulo: Malheiros, 2004.

CAMINHO de Joanesburgo, Rio+10 Brasil: balanço e perspectivas. Disponível em: www.ambiente.sp.gov.br/Vozes, 2000, p. 82.destaque/joanesburgo.htm. Acesso em: 20 março de 2011.

CARVALHO, Carlos Gomes. Direito Ambiental: perspectivas no mundo contemporâneo. Revista de Direito Ambiental. São Paulo, a5, n.19, ju/set. 2000.

CARNEIRO, Ricardo. Direito ambiental: uma abordagem econômica. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 10.

D'AMATO, WEISS, E, e D. GÜNDLING. What obligations does our generation owe to the next? Na approach to global environmental responsibility. In AJIL, vol. 94, 1990.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas.2. ed. São Paulo: Gaia, 1993.

DUPUY, Marie. Soft Law and the international Law of the environment, in Michigan JIL, 1991, vol. 12, n° 1, pp. 420 segs.

FENSTERSEIFER, Tiago A dimensão ecológica da dignidade humana: as projeções normativas do direito (e dever) fundamental ao ambiente no estado socioambiental de direito, Dissertação de Mestrado Em Instituições de Direito do Estado, Faculdade de Direito. PUCRS. Porto Alegre, 2007.

FERRARI FILHO, Fernando. As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes. Rev. econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141598482006000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 de março 2011.

FERREIRA, Gustavo Assed. Desenvolvimento Sustentável. In: Direito e desenvolvimento: análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento. Welber Barral (org.). São Paulo: editora Singular, 2005.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. Ambient. soc., Campinas, n. 5, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X1999000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 mar. 2011.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2000.

FREITAS, Vladimir Passos (org.). Direito ambiental em evolução. Curitiba: Juruá, 1998.

GOMES, Carla Amado. Risco e modificação do acto autorizativo concretizador dos deveres fundamentais de protecção do ambiente. Coimbra Editora, 2007.

HÄBERLE, Peter. A dignidade humana como fundamento da comunidade estatal. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). Dimensões da Dignidade: ensaios de Filosofia do Direito e Direito Constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

HUME, David. Tratado da natureza humana. Trad. Déborah Danowskoi. São Paulo. Unesp e Imprensa Oficial SP. 2000.

JONAS, Hans. El principio de responsabilidad. Ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Barcelona: Herder, 1995

KISS Alexandre e D. Shelton. International Environmental Law. 2ª edição, Nova York, 2000.

KISS, Alexandre e Jean – Pierre Beurrier. Droit international de L’environnement, 2ª ed. Éditions Pedone. Paris, 2000.

KRÜGER, E.L. Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental. Desenvolvimento e Meio Ambiente. UFPR/Curitiba, v. 4, p. 37-43, 2001.

LAVIELLE, Jean Marc. Droit international de L’environnement, 2ª Ed. Ellipses. Paris, 2004.

LECKY, W. E. Hartpole. History of European morals - From Augustus to Charlemagne. v. 1, 3a ed., New York and London: D. Apleton and Company, 1917.

LEFF, Henrique. Epistemologia ambiental São Paulo. Cortez, 2001.

- LEITE, José Rubens Morato. Introdução ao conceito jurídico de meio ambiente. In: VARELLA, Marcelo Dias; BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro (orgs.). O novo em direito ambiental. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.
- LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. Direito Ambiental na sociedade de risco. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2004.
- MCCORMICK, John. Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente : doutrina, prática, jurisprudência, glossário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- MENDES, Marina Ceccato. Desenvolvimento sustentável. s/d. Mimeo.
- MUKAI, Toshio. Direito Ambiental sistematizado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 1998.
- OST, François. A natureza à margem da lei – Ecologia à prova do Direito. Instituto Piaget. Lisboa, 1997.
- PATRIDGE, Ernest. Gerações futuras, in manual de Filosofia do Ambiente. Org. De Dale Jamieson. Instituto Piaget. Lisboa.
- PELIZZOLI, Marcelo Luiz. A emergência do paradigma ecológico: reflexões ético-filosóficas para o século XXI, Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.
- PONTARA, Giuliano. Ética y generaciones futuras. Barcelona: Editorial Ariel, 1996.
- PORTANOVA, Rogério. Qual o papel do estado no século XXI?: rumo ao estado do bem estar ambiental In: LEITE, José Rubens Morato (Org.). Inovações em direito ambiental. Florianópolis: Fundação José Arthur Boiteux, 2000.
- REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27 ed. São Paulo. Saraiva, 2002.
- PUREZA, J. Manuel. O patrimônio comum da humanidade: rumo a um direito internacional da solidariedade? Lisboa. 1998.
- RAMPAZZO, Sônia Elisete. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico. In Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Dinizar Fermiano Becker (org.). 3 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNICS, 2001.
- SAMPAIO, José Adércio Leite. Constituição e Meio ambiente na Perspectiva do Direito Constitucional comparado In: SAMPAIO, José Adércio Leite; WOLD, Chris; NARDY, Afrânio. Princípios de Direito Ambiental – na dimensão internacional comparada. Belo Horizonte. Del Rey, 2003.
- SANTOS, Robinson. Ética da Responsabilidade e ética do discurso: as propostas de Hans Jonas e Karl – Otto Apel. In: Dissertatio, UFPel [32, 2010] 139 – 155.
- SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos Direitos fundamentais. 4ªed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. As Dimensões da Dignidade da Pessoa Humana: Construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível.

SCOVAZZI, T. Considerazione sulle norma internazionali in matéria di ambiente. RDI, 1989.

SILVA, Ana Rodrigues da. A responsabilidade ambiental por actos de Direito Internacional Público, Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Volume XLIII, nº 1, Coimbra Editora, 2002.

SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. 2ª ed. São Paulo: Malheiros. 1998.

SILVA, Vasco Pereira da Silva. Verdes são a cor do direito.

SINGER, Peter. The Expanding Circle: Ethics and Sociobiology. Oxford: The Clarendon Press, 1981.

SOARES, Guido F. S. As ONGs e o Direito Internacional do Meio ambiente. Revista de Direito Ambiental. São Paulo, a5, n.17, p. 21-64, jan/mar. 2000.

SOARES, Remi Aparecida de Araújo. Proteção ambiental e desenvolvimento econômico Conciliação. Curitiba. Juruá, 2004.

SOFFIATI, Artur. A natureza no pensamento liberal clássico. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, a. 5, n.20, p. 159-176, 2000.

SOSA, Nicolas. Etica ecologica, Libertarias/Prodhufi S.A, Primera edicion, Madrid, 1990.

SOUSA, Liliana Licka. Ética e meio ambiente: a questão da responsabilidade para com as gerações futuras. Dissertação apresentada no Curso de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba. 2004.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Direitos Humanos e meio ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Fabris, 1993.

WEISS, Edith Brown. Justice pour les Générations Futures. Paris: Editions Sang de la Terre, 1993

WHITTI, Laurie Anne ET AL. Perspectivas Indígenas. in Manual de Filosofia do Ambiente. Or. De Dale Jamieson. Instituto Piaget. Lisboa. 2005.